

# TERRITÓRIO E IDENTIDADE EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO NORDESTE DO BRASIL

TERRITORY AND IDENTITY IN QUILOMBOLA COMMUNITY AT  
THE NORTHEAST OF BRAZIL

**Roberto Oliveira**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus VIII, Paulo Afonso/BA)

**Tâmara de Almeida e Silva**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus VIII, Paulo Afonso/BA)

**Geraldo Jorge Barbosa de Moura**

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

**Erika Maria Asevedo Costa**

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

## **Correspondência:**

Roberto Oliveira

Rua Anderson David Fernandes de Oliveira, 146

Petrolina – Pernambuco – Brasil. CEP: 56314-455

*E-mails:* [betopetrolina@ig.com.br](mailto:betopetrolina@ig.com.br) / [tamaraalmeidas@yahoo.com.br](mailto:tamaraalmeidas@yahoo.com.br) / [geraldojbm@yahoo.com.br](mailto:geraldojbm@yahoo.com.br) / [erikacostalinguagem@gmail.com](mailto:erikacostalinguagem@gmail.com)

## **Resumo**

Este trabalho objetivou investigar a compreensão dos habitantes da comunidade Barrinha da Conceição-Juazeiro/BA sobre questões relativas à identidade e território, dentro da perspectiva da Ecologia Humana. Os dados foram coletados através de entrevistas e diálogos livres, além de revisão bibliográfica e documental. Embora não tenha sido constatado problema de ordem fundiária, Barrinha da Conceição, apresenta problemas estruturais e socioeconômicos comuns às comunidades negras no país.

**Palavras-chave:** Povos tradicionais; políticas públicas; territorialidades.

## **Abstract**

This study aims to investigate the understanding of the people of the community Barrinha da Conceição-Juazeiro / BA regarding identity and territory issues, from the perspective of Human Ecology. Data was collected through interviews and free conversations, as well as bibliographic and documentary review. Although we have not found problems regarding land, Barrinha da Conceição, has structural and socioeconomic problems common to black communities in the country.

**Keywords:** Traditional peoples; public policies; territoriality.

Atualmente no Brasil, encontram-se várias comunidades negras rurais em processo de mobilização para garantir direitos de acesso à terra. Dentre as mobilizações, destacam-se as reivindicações do reconhecimento étnico mediante o Estado e legitimidade legal de seus territórios; afirmando suas identidades étnicas através do autorreconhecimento como comunidades quilombolas, principalmente a partir da década de 1970<sup>1</sup> com a eclosão de movimentos sociais envolvendo camponeses e entidades negras nacionais.

Para compreender as mobilizações das comunidades quilombolas contemporâneas, faz-se necessário traçar um breve panorama histórico sobre o processo colonial que teve início na década de 1530 com o empreendimento português. A principal atividade econômica implantada foi à produção açucareira nas atuais regiões Sudeste (São Vicente) e Nordeste (Pernambuco e Bahia), sendo inicialmente utilizada a mão-de-obra indígena através da escravização de índios.

Porém os colonos passaram a ter dificuldades com o abastecimento dessa mão-de-obra, devido a várias formas de resistências indígenas, ocasionando desinteresse dos produtores de açúcar da região Nordeste, principalmente devido ao elevado índice de mortalidade dos indígenas provocados, sobretudo, por doenças oriundas do contato com os europeus aliado ao crescente acúmulo de capitais dos senhores de engenho, possibilitando a substituição de escravos indígenas pela importação de cativos africanos.

Em meados dos anos 1580, “só em Pernambuco registravam-se dois mil cativos africanos [...] compunham um terço da força de trabalho ocupada na produção açucareira da Capitania”<sup>2</sup> e em meados do século XVII predominava a mão-de-obra escrava africana nos engenhos de cana-de-açúcar nordestino.

Desde a adoção da mão-de-obra africana no Brasil, registram-se formas de resistência, inclusive a formação de quilombos, a exemplo do Quilombo dos Palmares que se destaca pela sua localização estratégica e intervenção social. O pesquisador Flávio Gomes aponta que em Pernambuco desde o final do século XVI já era noticiado a existência do Quilombo de Palmares, “uma das mais importantes comunidades de africanos fugidos das Américas”. Durante 120 anos (1585 a 1740) documentos oficiais relatam a necessidade de captura de africanos e seus descendentes, “que constituíram inúmeras aldeias articuladas, reinventando culturas e identidades para manter autonomia”.<sup>3</sup>

Em estudos sobre comunidades negras na Bahia, o pesquisador Célio Augusto de Oliveira destaca que nessa região existe registro de quilombo datado de 1575 e

---

<sup>1</sup> SILVA, Isis. A Legalização de Quilombos: reflexões acerca de uma política pública destinada aos negros. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – LIBERTAS on-line*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 139-151, jul. 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/edicoes-anteriores/volume-8-%E2%80%93-numero-1-jan-%E2%80%93-jun-2008/>. Acesso em: 19 fev. 2015.

<sup>2</sup> LUNA, F. V. e KLEIN, H. S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: 2010.

<sup>3</sup> GOMES, F (Org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 7.

que a Bahia foi “um dos lugares onde a resistência negra contra a escravidão aflorou com mais densidade e se destacou com o surgimento de vários quilombos, porém pequenos quando comparados com o Quilombo dos Palmares”.<sup>4</sup>

Assim, o sistema escravista no Brasil perdurou por mais de 350 anos, somente no final do século XIX foi extinta a escravidão. Mas, mesmo no pós-abolição<sup>5</sup> a discriminação, o preconceito e a falta de políticas públicas legaram aos afro-brasileiros a condição de inferioridade econômica e social, que os restringia a comunidades geralmente isoladas aos principais centros urbanos.

Os Sertões Nordestinos não ficaram isentos das dinâmicas da colonização aplicadas às áreas açucareiras do litoral. A região que compreende hoje o Sertão de Pernambuco, por exemplo, teve importância estratégica até o Estado Republicano, possuindo ainda elevado quantitativo de escravos no terceiro quartel do século XIX, período em que a escravidão já estava em processo de abolição, como demonstrou o censo de 1872, com o sertão pernambucano representando apenas 8% dos escravos do Estado, embora ressalte que 83% dos senhores de engenho do Sertão do São Francisco ainda eram proprietários de escravos.<sup>6</sup>

Essas informações são relevantes ao mostrar o uso significativo da mão-de-obra africana escrava em áreas sertanejas, permitindo o histórico e o atual processo de mobilização de comunidades negras do Brasil, seja para manutenção da sua cultura ou para o reconhecimento como comunidades quilombolas.

O que explica o fato de termos atualmente no Nordeste “1.167 processos abertos para titulação de terras no Incra; 193 comunidades tradicionais tituladas com área total de 988,6 mil hectares, beneficiando 11.991 famílias”.<sup>7</sup>

Vale salientar que as denominadas formações quilombolas constituíram suas economias próprias, principalmente através de práticas agrícolas desencadeadas a partir da escravidão, além da aquisição das chamadas “terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima”. As territorialidades denominadas de “santo ou santíssima” são oriundas do recebimento de terras por ordens religiosas através de doações ou em trocas de serviços para senhores de escravos por sacerdotes, negros ou negras, de cultos religiosos afro-brasileiros.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, C. A. de. *Quenta Sol: a História e Memória de uma Comunidade Negra através de sua oralidade*. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP. Franca, 2010, p. 31.

<sup>5</sup> THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

<sup>6</sup> MENDONÇA, C. F. L. *Insurgência política e desobediência epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá/PE*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

<sup>7</sup> BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola: Diagnóstico de Ações Realizadas Julho 2012*. Brasília, DF, 2012, p. 17. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>. Acesso em 10 fev. 2014.

<sup>8</sup> BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Programa Brasil Quilombola – *Comunidades Quilombolas Brasileiras: Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Brasília: SEPPIR, 2004.

O longo processo de luta e reivindicação das comunidades quilombolas para maior participação na sociedade brasileira teve como um dos marcos a conquista de garantias de direitos através da Constituição de 1988, no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que garante às comunidades quilombolas a propriedade definitiva das terras ocupadas, sendo o Estado responsável pela emissão da Titulação. Essa garantia constitucional fortaleceu os grupos negros para a identificação e o autorreconhecimento e foi reforçada pela Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual o Brasil é signatário, gerando assim maior articulação política e tendo como consequência a implantação de políticas públicas destinadas ao atendimento e à melhoria de condições das populações afro-brasileiras. Segundo a referida Convenção, é necessário que esses sujeitos históricos existam no presente, ocupando um espaço, que por direito lhes pertence e em seu nome deverá ser titulada.

O Antropólogo Alfredo Wagner Almeida argumentou que a mobilização quilombola ganhou força, a partir do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, realizada em Brasília, em 1995 e da Segunda Reunião da Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizada em Bom Jesus da Lapa, Bahia e em São Luís, Maranhão, no ano de 1996, onde foi constituída a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas – CNA-CNRD. Assim, as questões territoriais e identitárias emergem nessas discussões como elementos relevantes.<sup>9</sup>

Em 2003, o governo brasileiro criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que dentre outros objetivos propõe orientar e coordenar ações destinadas às comunidades quilombolas. Dentre várias ações da SEPPIR vale salientar o lançamento do Programa Brasil Quilombola (PBQ) em 2004, com vistas a coordenar ações governamentais com foco nas comunidades quilombolas através da implantação de diversas políticas públicas, como a regularização da terra, a oferta de obras de infraestrutura, promoção do desenvolvimento econômico e social fundamentado nas características de territorialidade e identidade coletivas na perspectiva da sustentabilidade econômica, social, política, cultural e ambiental e ainda proporcionar a participação efetiva dos quilombolas nas ações e monitoramento das instâncias públicas de âmbito federal, estadual e municipal.<sup>10</sup>

O Programa Brasil Quilombola está ancorado nos artigos 215º e 216º da Constituição Federal de 1988, que garantem o direito à preservação de sua própria cultura, na Convenção 169 da OIT que dentre os seus pontos traz o direito a autodefinição, no Decreto 4887, de novembro de 2003, que divide a responsabilidade da

---

<sup>9</sup> ALMEIDA, A.W. B. *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2002.

<sup>10</sup>BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Programa Brasil Quilombola – *Comunidades Quilombolas Brasileiras: Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Brasília: SEPPIR, 2004.

regularização fundiária de terras de quilombos aos órgãos, INCRA/MDA, SEPPIR E FCP/Minc, e na Instrução Normativa no. 49 do INCRA.<sup>11</sup>

Essas ações governamentais proporcionaram mobilizações de várias comunidades rurais em situações de vulnerabilidade ambiental, econômica, social e cultural, a reivindicar o acesso às políticas públicas ofertadas legalmente a essas comunidades.

As mobilizações desses grupos são permeadas de questões complexas e de conceituações, tais como a classificação de povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, para citar algumas, como populações ou comunidades tradicionais. Antônio Carlos Diegues define que um dos critérios imprescindíveis para definição de culturas ou populações ditas tradicionais é a noção de pertencimento e reconhecimento partilhado entre os membros de um grupo social.<sup>12</sup>

Participando do processo de reconhecimento como comunidade quilombola, encontra-se a comunidade Barrinha da Conceição situada em Juazeiro, Bahia. O processo de autorreconhecimento iniciou-se em Assembleia realizada em 16/07/2009, com a participação de todos os moradores, na Sede da Associação sob a Presidência da Senhora Josenilda Moreira dos Santos Oliveira. O pedido de reconhecimento foi protocolado em 2009.<sup>13</sup>

Mediante o exposto, este trabalho objetivou investigar a compreensão dos habitantes da comunidade Barrinha da Conceição-Juazeiro/Bahia sobre questões relativas à identidade e território, dentro de uma perspectiva Epistemológica da Ecologia Humana.

## Material e métodos

### *Área do estudo*

A Comunidade Quilombola de Barrinha da Conceição localiza-se na zona rural do município de Juazeiro/BA, no submédio São Francisco, (9°27'46,7"/40°33'9,3"), distante, aproximadamente, cinco quilômetros da sede do município. A região estudada congrega cinco pequenos núcleos habitacionais, mais ou menos próximos uns dos outros, a saber: Barrinha da Conceição, Sítio Vovô João, Sítio Acauã, Cabana Qualita e Sítio Agrovila C2.<sup>14</sup>

A pesquisa focou especificamente o núcleo de Barrinha da Conceição como modelo sociocultural de estudo (Figura 1). Em novembro de 2013, a referida comu-

---

<sup>11</sup> BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Programa Brasil Quilombola – *Comunidades Quilombolas Brasileiras: Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Brasília: SEPPIR, 2004.

<sup>12</sup> DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000.

<sup>13</sup> ORLANDO DOS SANTOS BARROS, 56 anos, Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro-BA. Entrevista realizada em 3 fev. 2014.

<sup>14</sup> SMS - Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro-BA. Posto de Atendimento Juazeiro 04, Juazeiro: BA, 2009.

nidade era constituída por uma população de aproximadamente 50 habitantes, distribuídos em 10 famílias e nove residências; ocupando uma área de aproximadamente 14,5 ha, cuja posse da terra, segundo informações colhidas na comunidade, é em nome da Sra. Roberta, não se constatando problemas de ordem fundiária com relação à ocupação do território.

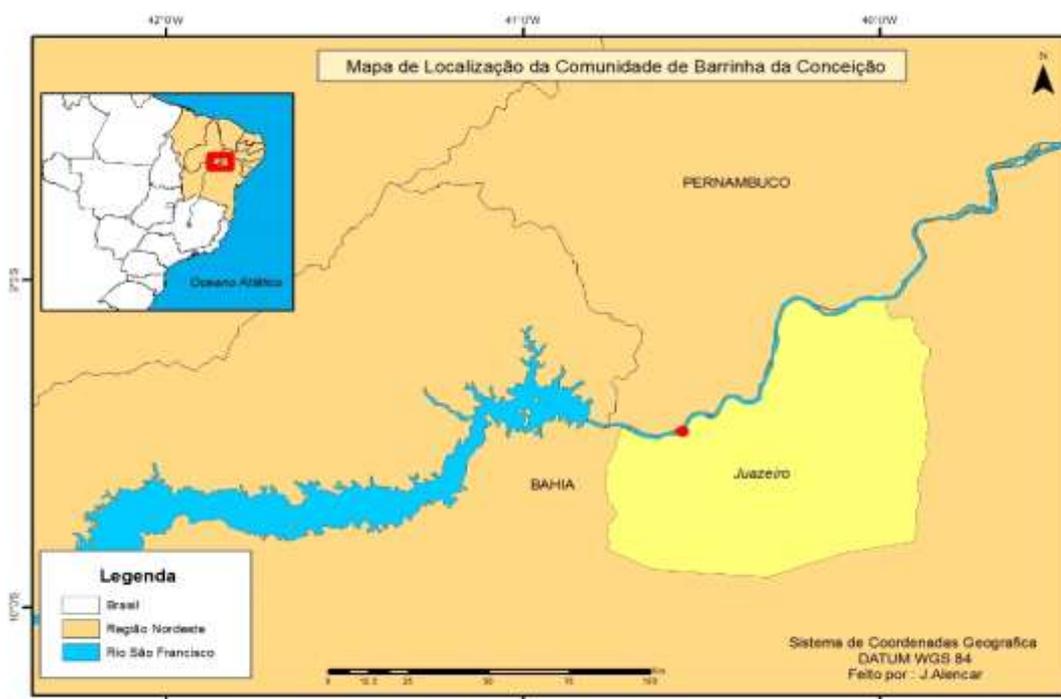


Figura 1. Localização da Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro/BA

Fonte: presente na figura.

## Metodologia

O presente trabalho pauta-se numa perspectiva interdisciplinar através do conhecimento biológico, social e cultural, enfocando os aspectos ambientais relacionados com as questões territoriais e identitárias na comunidade, numa perspectiva da Ecologia Humana, por compreender a importância dos sistemas de classificação e modos de pertencimento a um lugar pelos agentes que o habitam.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foi efetuado levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, levantamento de dados sobre a percepção dos moradores da comunidade quanto ao pertencimento ao território, e como se dá no seio da comunidade o processo de construção dessa territorialidade e a construção de sua identidade.

A pesquisa de campo utilizou os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa e quantitativa. Compreendo que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Essa interação do pesquisador com o ambiente e com a situação que está

sendo investigada, comumente ocorre através do trabalho intensivo de campo. Assim, o contato do pesquisador com a situação estudada promove um engajamento maior entre o investigador e os investigados, permitindo a elaboração do retrato fiel do que se pretende pesquisar, mostrando a posição dos participantes.<sup>15</sup>

Para isso, foram aplicadas entrevistas durante o trabalho de campo na busca de compreender e ampliar as questões a respeito do tema proposto, tendo como foco a saúde, oferta de água potável, coleta de lixo, poluição da água do Riacho Maria Preta (remanescente próxima a referida comunidade), práticas agro-pesqueiras, identidade quilombola, territorialidade, história e os elementos simbólicos e culturais da comunidade, para assim fomentar reflexões sobre o cotidiano dos membros envolvidos na pesquisa e registrar as relações socioambientais ali praticadas.

Foram realizadas entrevistas com quatorze moradores, representando 30% da comunidade. As entrevistas foram realizadas no domicílio dos entrevistados após ter sido explicado detalhadamente os objetivos do trabalho.

Os participantes foram acessados através da técnica “bola de neve”, em que os entrevistados foram indicados pelos membros da comunidade, considerados por possuírem um maior conhecimento sobre a história local e as problemáticas atuais enfrentadas pelos moradores. Os indicados também indicaram outras pessoas até que os considerados detentores do conhecimento se repitam.<sup>16</sup>

As entrevistas foram abertas e semiestruturadas apresentando perguntas previamente idealizadas pelo pesquisador, sendo flexíveis e interativas, permitindo o aprofundamento em determinados aspectos, de acordo com o andamento do diálogo.<sup>17</sup> Nesse sentido, as entrevistas foram balizadas como “abertas e dirigidas”, já que “A diferença entre entrevista aberta e dirigida é que a primeira normalmente conduz à história de vida do informante, enquanto a segunda é temática, focando assuntos determinados”.<sup>18</sup> Foi efetuado, também, um levantamento de dados junto ao Posto de Saúde localizado no bairro Juazeiro IV, onde a comunidade é atendida em suas demandas de saúde. As informações foram extraídas da ficha “Sistema de Informação de Atenção Básica (Ficha A)”, preenchida pelo agente de saúde responsável pelo acompanhamento da comunidade (ano 2009), e serão parte do subsídio do levantamento das informações socioeconômicas da comunidade.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2008.

<sup>16</sup> MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

<sup>17</sup> SALGADO, C. L.; GUIDO, L. F. E. O conhecimento popular sobre plantas: um estudo etnobotânico em quintais do distrito de Martinésia, MG. In: IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.sisgeenco.com.br/sistema/encontro\\_anppas/ivenanppas/ARQUIVOS/GT3-806-504-20080510195009.pdf](http://www.sisgeenco.com.br/sistema/encontro_anppas/ivenanppas/ARQUIVOS/GT3-806-504-20080510195009.pdf). Acesso em 12 de dez. 2013.

<sup>18</sup> ANDRADE, U.M. *Laudo Antropológico de Identificação Étnica do Grupo Calancó, AL*. Universidade de São Paulo, 2002.

<sup>19</sup> SMS – Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro-BA. Posto de Atendimento Juazeiro 04, Juazeiro, BA, 2009.

## Resultados e discussão

Não é tarefa fácil conceituar território e identidade, pois definições e classificações, de um modo geral, são elaboradas a partir de conveniências e revestidas de arbitrariedades diversas na utilização desse conceito, levando-se também em consideração, a questão temporal e seus modos de pensar e estabelecer racionalidades. Ou seja, “[...] as definições com pretensão classificatória são por princípio arbitrárias e sempre demandam disputas, dispondo em campos opostos os interesses em questão”.<sup>20</sup>

Nesse diapasão, podemos compreender que as definições, no caso de território, não se esgotam em uma ou outra definição que seja “a mais verdadeira”, visto que não foram totalmente superadas, a ponto de haver uma definição que as substituam.

O termo território nos remete, a priori, à ideia de algo físico, demarcado geograficamente, mas a questão não se resume a terra. Falar de território envolve um debate sobre o tangível e o intangível como um constante movimento de conhecimento étnico e ético com os elementos que possibilitam esse tipo de organização identitária. Portanto, essa discussão, não se limita ao debate sobre as questões resumidas geograficamente, levando em conta, também, conflitos diversos, sejam eles, políticos, culturais ou existenciais, constantes das possibilidades de reprodução nas relações socioculturais.<sup>21</sup>

Dessa forma, fica claro que “a simples circunscrição de coisas no espaço ou num mapa, ou mesmo a identificação de locais, áreas ou regiões no senso comum, não pressupõe, necessariamente, a definição de um dado território...”,<sup>22</sup> até porque são as relações sociais e de poder existentes, ou que se constituem num determinado espaço que vão constituir as territorializações existentes.

Na esteira dessas afirmativas e de relatos colhidos na comunidade estudada, destaca-se a denominação do Território “Barrinha da Conceição” que advém do encontro do riacho Maria Preta que tem sua foz no Rio São Francisco, formando o que os moradores locais chamam de “Barrinha”, e “Conceição” está relacionada à Santa Padroeira “Nossa Senhora da Conceição”. Portanto o nome da comunidade já sugere a imbricação entre o material e simbólico.

As definições de território, como dito anteriormente, observam as circunstâncias e o tempo em que foram formuladas. Dentro de uma lógica capitalista, por exemplo, são evidenciados os aspectos físicos, materiais, fontes de recursos naturais, prevalecendo uma dominação político-econômica unifuncional. Isso não quer dizer que, mesmo no viés político-econômico, outros elementos devam ser ignorados, até

---

<sup>20</sup> ALMEIDA, A.W.B. *Quilombos e as Novas Etnias*, Op. cit.

<sup>21</sup> ARRUDA, R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. In: ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

<sup>22</sup> SACK, R. D. *Human territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

porque não seria possível um entendimento do político-econômico se não levarmos em conta os aspectos socioculturais. Temos que considerar pelo menos dois aspectos que estão presentes em um território: o Material e o Simbólico.<sup>23</sup>

Segundo o geógrafo Milton Santos, um território pode ser visto como recurso, que é prerrogativa dos atores hegemônicos e também como abrigo dos atores homogeneizados. Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares, enquanto que para os atores homogeneizados, o território ou “território usado” têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.<sup>24</sup> Pode-se compreender a partir da afirmativa de Milton Santos que nem sempre a relação entre os diversos atores é harmoniosa ou é explicitada uma forma de violência nas estratégias de manutenção de território.

Assim posto, os fatos remetem a uma discussão acerca dos sistemas simbólicos que são destacados por Pierre Bourdieu, envolvendo instrumentos de conhecimento e de comunicação no sentido de legitimação da dominação desses poderes como uma “ordem estabelecida como natural, agindo através de uma violência simbólica”, concebida como um tipo de violência pressupondo a não coerção física ocorrida entre sujeitos e entre grupos sociais, nas relações de dominação. É uma forma de violência exercida com relativa anuência da parte que a sofre. A violência simbólica está presente nos símbolos e signos culturais, propiciando o reconhecimento da autoridade exercida pelas pessoas ou grupos, não sendo percebida como violência.<sup>25</sup>

Ainda pode-se apontar a territorialidade como elemento fundante no imaginário de todos os grupos humanos, a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”; é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. Desse modo, podemos compreender que um território emerge historicamente de processos sociais e políticos, ou seja, de “práticas” de territorialidade de um grupo, sobre a diversidade de tipos de territórios que podem ser produzidos, a partir da “multiplicidade de expressões”, cada uma com suas particularidades socio-culturais.<sup>26</sup>

Os conceitos de território e territorialidade ganham uma dimensão maior quando incorpora o simbólico, o identitário e o afetivo. Segundo o entendimento de

---

<sup>23</sup> HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, 2005.

<sup>24</sup> SANTOS, M. *Território e Sociedade*. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

<sup>25</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>26</sup> LITTLE, P. E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, 2002.

Guatarri e Rolnik, os humanos se organizam em territórios delimitados e se articulam a outros seres existentes e aos fluxos cósmicos.<sup>27</sup> O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.

Compreendendo território como uma dimensão física e simbólica pode-se apontar a importância da concepção da identidade étnica no estudo de território quilombolas. Nesse sentido, o conceito de identidade apontado por Stuart Hall pode ser adotado para compreensão das lutas dos diversos grupos sociais, em especial os povos quilombolas e os indígenas, pois é através do discurso que as pessoas constroem suas identidades sociais e se posicionam no mundo.<sup>28</sup> Corroborando com essa afirmativa Barth observa que os atores se encontram essencialmente posicionados dentro das comunidades e que as diferenças são constituídas através das posições de cada ator e que “as pessoas interpretam e compartilham suas experiências e conseguem entender melhor suas próprias vidas e as de outras pessoas”.<sup>29</sup>

Assim, pode-se apontar que a afirmação das identidades étnicas envolve questões de autorreconhecimento e autoafirmação desses grupos para o reconhecimento e identificação frente à sociedade brasileira, além das mobilizações pelas reivindicações de territórios, do Ambiente, e expressões socioculturais, fatores fundamentais para afirmação étnica desses povos.<sup>30</sup> Ou em outras palavras, entender as comunidades negras rurais, remanescentes quilombolas, devem ser entendidos como grupos étnicos atributivos, definidos a partir de sinais emblemáticos significativos pelos membros de um grupo social e não pela classificação do pesquisador.<sup>31</sup>

Pode-se considerar que no Brasil, o processo de formação dos quilombos pauta-se em três perspectivas principais, a depender da época em que foram formulados: resistência cultural, resistência política e resistência negra.<sup>32</sup>

A perspectiva da resistência cultural preconiza a ideia de que os quilombos tinham como estímulo principal, uma volta aos costumes africanos, ou contra aculturativo. Em 1740, o Conselho Ultramarino adotou a definição que caracterizava os quilombos como toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele. Esse conceito foi tomado como definição clássica e influenciou uma geração de estudiosos até meados dos anos 70, como Arthur Ramos e Edson Carneiro.<sup>33</sup>

---

<sup>27</sup> GUATTARI, E; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>28</sup> HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D&A, 2005.

<sup>29</sup> BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra CAPA Livraria, 2000.

<sup>30</sup> ALMEIDA, A. W. B. *Quilombos e as Novas Etnias, Op. cit.*

<sup>31</sup> O'DWYER, E. C (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>32</sup> ARRUTI, J. M. *Mocambo, Op. cit.*

<sup>33</sup> FABIANI, A. *Mato, palhoça e pilão*. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

O processo de formação pautado numa visão de resistência política vai encontrar em Clóvis Moura e Décio Freitas seus principais defensores. Para esses autores, os quilombos seriam uma luta contra a escravidão, sendo um sistema econômico social. Mais recentemente, - do final da década de 1970 ao início de 1980 -, ganha notoriedade o aspecto da resistência negra, ganhando relevância as lutas políticas, os processos organizativos e o fortalecimento dos movimentos negros.<sup>34</sup>

A inclusão do artigo 68 nos atos das disposições constitucionais transitórias de 1988 suscitou uma discussão oriunda das interpretações do significado de quilombos atuais. Vale salientar que a inclusão do referido artigo se deu sem discussões mais aprofundadas, sendo o “texto legal”, passível de interpretações que não atendam as demandas sociais a que se propunha, chamando a atenção aos termos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Assim, “Isso criou uma acirrada disputa entre arqueólogos e antropólogos sobre a definição mais adequada de “remanescente de quilombos” e sobre os posicionamentos políticos que essas definições estavam relacionadas, surgindo a partir daí a necessidade de uma “ressemantização” ou atualização conceitual de remanescentes de quilombos”.<sup>35</sup>

A esse respeito, Alfredo Wagner Almeida opinou que o mais importante são as classificações construídas “pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produto de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes”.<sup>36</sup>

Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas durante a pesquisa, os moradores afirmam que a origem do nome da Comunidade “Barrinha da Conceição” está vinculada ao “achamento” da imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição (Figura 2) num casebre abandonado pelos “fugitivos” de Canudos. Vale destacar que Dona Roberta relembra que “a Santa veio da Guerra de Canudos, trazida por camponeses que morava numa casa de tijolo assado e de repente, numa noite foram tudo embora, aí os meninos acharam e Iaiá foi quem ficou guardando a Santa”.<sup>37</sup>

O filho de Dona Roberta, Gilberto dos Santos,<sup>38</sup> já falecido, em entrevista ao Jornal “A Tarde”, em 08/12/2008, destacou que existia evidências que a imagem (Figura 3), confeccionada de madeira foi feita por índios e que era reverenciada pelos habitantes de Barrinha há mais de 200 anos. Gilberto assim colocou: “foi passada pelas gerações anteriores aos nossos avós”, ainda contou que a “tradição” da Festa se deu a partir de uma promessa feita por uma tia em 1929, acometida por problemas de saúde e caso ficasse curada, todos os anos a Festa seria realizada, inclusive pelas

---

<sup>34</sup> FABIANI, A. *Mato, palhoça e pilão*, Op. cit.

<sup>35</sup> ARRUTI, J. M. *Mocambo*, Op. cit.

<sup>36</sup> ALMEIDA, A. W. B. *Quilombos e as Novas Etnias*, Op. cit.

<sup>37</sup> ROBERTA MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, 86 anos, matriarca da Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro, BA, entrevista realizada em 23 jan. 2013.

<sup>38</sup> LAURA, Cristina. Comunidade quilombola comemora dia de Nossa Senhora da Conceição. *Jornal A Tarde/sucursal Juazeiro, BA*, 08 dez. 2008. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1252832-comunidade-quilombola-comemora-dia-de-nossa-senhora-da-conceicao>. Acesso em: 9 dez. 2015.

futuras gerações, sendo criada a “tradição” da Novena e da Festa de Nossa Senhora da Conceição todo dia 08 de dezembro, que ocorre até os dias atuais. Ainda relata que a data do “achamento” da Imagem foi ainda no “outro tempo”, e indicou que a Capela tem mais de 100 anos de construída.



**Figura 2. Dona Roberta Maria dos Santos, matriarca da Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro/BA**

Fonte: acervo dos autores. Foto de 23 jan. 2013.

É salutar destacar que a partir do reconhecimento como quilombolas, as comunidades negras passam a fazer parte de forma prioritária de projetos e programas governamentais, usufruindo de “melhorias como escolas, transporte escolar, aulas sobre a cultura negra, eletrificação, financiamentos”, conquistas que somente após o reconhecimento as comunidades negras, antes esquecidas, passam a participar das políticas públicas e inserir-se de forma mais efetiva na sociedade brasileira.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> OLIVEIRA, C. A. de. *Quenta Sol: a História e Memória de uma Comunidade Negra através de sua oralidade*. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP. Franca, 2010.

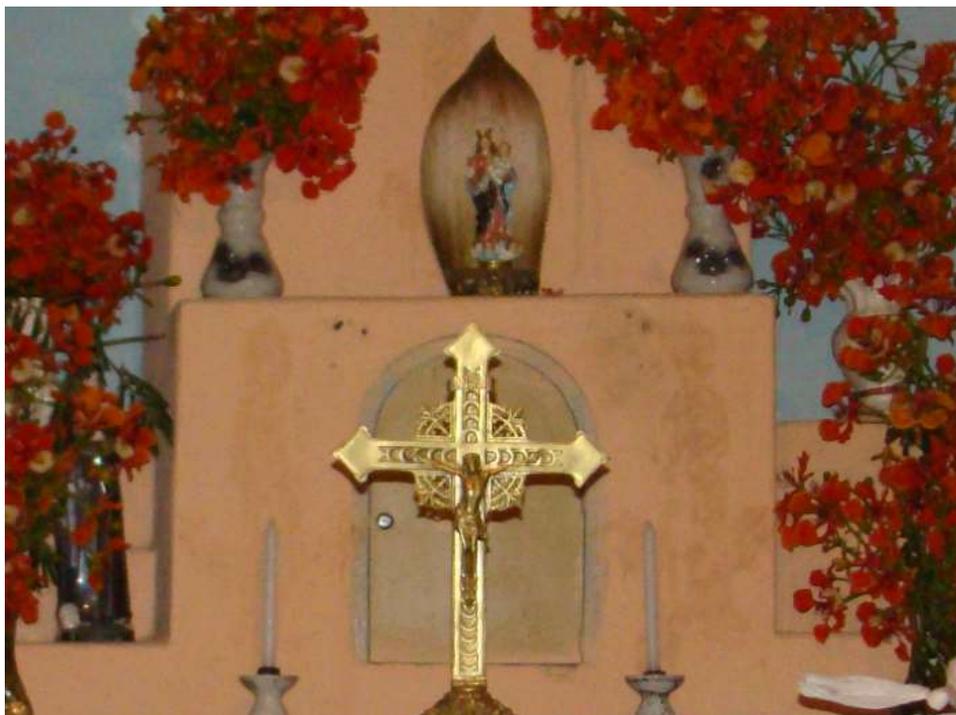


Figura 3. Imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro/BA.

Fonte: acervo dos autores. Foto de 23 jan. 2013.

Essa afirmativa remete aos moradores de Barrinha da Conceição, pois nas perguntas abertas sobre o que é ser quilombola, a grande maioria, 71,42% responderam que desconheciam o significado, mas destacaram a vontade para o reconhecimento como quilombola no intuito de melhorar as condições de vida através da implantação de políticas públicas, como afirmou uma das entrevistadas,<sup>40</sup> “eu mesmo não sei o que esse negócio de ser quilombola, só sei que disseram a gente que ia melhorar nossa vida”.

Percebeu-se também nas entrevistas, que o mito de origem da comunidade, repousa na memória de poucas pessoas mais velhas como Dona Roberta e Dona Rosalice. Perguntada a respeito da história do “achamento” da Imagem de Nossa Senhora da Conceição, a neta de Dona Roberta, Larissa Santos<sup>41</sup> afirmou que “aqui ninguém sabe mais. Só os mais velhos é que contam”.

Devido à proximidade com a sede do município, a comunidade sofre forte influência da expansão urbana e do capital transnacional através de empreendimentos do agronegócio. Assim, a chegada avassaladora das agroindústrias ampliou ao longo dos anos os níveis de conflito, o êxodo e a desagregação dos grupos familiares, e, com eles, também os estigmas e as intolerâncias étnicas. “Essa chegada do capital

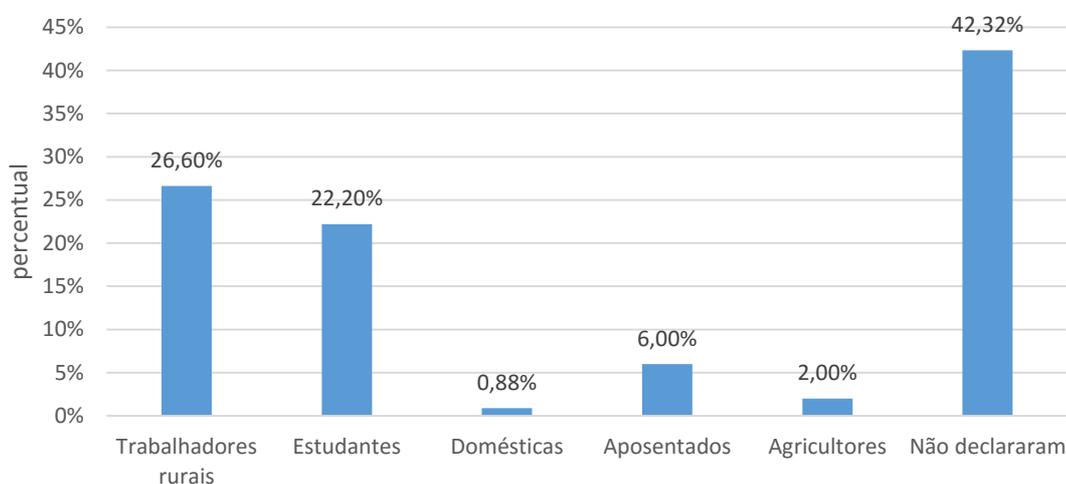
<sup>40</sup> GILDETE DOS SANTOS, 40 anos, Comunidade Barrinha da Conceição. Entrevista em 30 mar. 2013.

<sup>41</sup> LARISSA SANTOS, 31 anos, Comunidade Barrinha da Conceição. Entrevista em 22 fev. 2014.

transnacional enfatizou de forma ainda mais violenta as diferenças sociais pela segregação espacial e social dos negros nos bairros, nas escolas, nos clubes – para além da tão propalada democracia racial brasileira”.<sup>42</sup>

De fato, segundo os dados da Secretaria Municipal de Saúde (Figura 4) e de coleta de dados da pesquisa desenvolvida, constatou-se que a maior parte dos rendimentos e da ocupação laboral é de atividades desenvolvidas na sede do município, através do trabalho no comércio ou nas grandes fazendas agroexportadoras da região. Segundo relato de Larissa Santos,<sup>43</sup> “as pessoas trabalham na rua [cidade], eles saem de manhã pra trabalhar e só voltam à noite pra dormir. Aqui não tem como ganhar dinheiro pra se manter. O povo que fica aqui são os aposentados ou os que recebem Bolsa-família”.

**Gráfico 1. Dados sobre a ocupação laboral na Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro/BA**



Com relação às práticas agrícolas, Givaldo Santos,<sup>44</sup> filho de dona Roberta, destacou que, “antigamente as pessoas plantavam na vazante do Rio São Francisco e de sequeiro [prática de agricultura dependente de chuva]. Plantava milho, feijão e tinha criação também, hoje não se planta mais” e Dona Roberta<sup>45</sup> afirmou que “aqui antigamente tinha muitas roças de mandioca, coentro, alface e plantava de vazante, os velhos Tiano e Augustinho pescavam cercando a Barra”.

Esses depoimentos demonstram que a ausência atual de práticas agrícolas na comunidade pode ser devido à agricultura de vazante nas margens do Rio São Francisco não ser mais praticada, possivelmente devido à mudança na dinâmica de cheias e vazante do Rio, este fato é consequência dos barramentos ao longo de seu curso,

<sup>42</sup> LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16 (3), p. 965-977, set./dez. 2008.

<sup>43</sup> LARISSA SANTOS, 31 anos, Comunidade Barrinha da Conceição. Entrevista em 22 fev. 2014.

<sup>44</sup> GIVALDO SANTOS, 58 anos, Barrinha da Conceição. Entrevista em 30 mar. 2013.

<sup>45</sup> ROBERTA MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, 86 anos, matriarca da Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro, BA, entrevista realizada em 23 jan. 2013.

em especial no nosso caso, a barragem de Sobradinho. A construção de hidrelétricas e seus grandes reservatórios foram as principais responsáveis por estas mudanças.<sup>46</sup>

Dessa forma, percebeu-se que as questões socioambientais influenciaram diretamente a comunidade Barrinha da Conceição, na sua relação com o ambiente e seus processos produtivos, afetando sobremaneira a sobrevivência do grupo a partir do território, forçando-os ao deslocamento e assimilação de novas formas de trabalho na região, fato marcante na construção das relações identitárias, agravado pela pouca apropriação pelos mais jovens da história da comunidade, do uso produtivo da terra.

A partir das entrevistas realizadas percebeu-se que atualmente a noção de pertencimento entre todos os membros da Comunidade dá-se a partir dos festejos de Nossa Senhora da Conceição, pois consideram o momento de encontro de todos os moradores, dos vizinhos, parentes distantes, bem como dos vaqueiros de toda a região, que são os convidados especiais. Os homenageados, na última noite da Novena, após o ritual religioso, oferta aos vaqueiros um Jantar e a Festa Dançante para todos os convidados, no Espaço da Associação dos Moradores, como afirmou Ana Paula Santos<sup>47</sup> que “todos da comunidade se unem para organizar a festa e ficam todos de bem”, corroborando com essa afirmativa, o Presidente da Associação, Orlando dos Santos, destacou que “as desavenças desaparecem durante a Festa da Padroeira”.<sup>48</sup>

Sobre grupos étnicos e suas identidades, podemos entender como sendo categorias que se constituem pela auto atribuição e tem como característica organizar as interações entre seus componentes e suas identidades como sendo não fixas, mas como processo histórico de mudanças, de “recontextualização e de particularização das identidades”.<sup>49</sup>

Pode-se aqui elencar a importância dessa memória coletiva na construção da identidade, pois o nome atribuído à Comunidade corresponde ao nome da Santa. Ainda, vale salientar que o “mito de origem” em outras comunidades negras que remetem ao culto a Nossa Senhora da Conceição, como é o caso do Quilombo Conceição das Crioulas, localizado no Alto Sertão Pernambucano, em estudo sobre a Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, a Historiadora Maria Aparecida Souza<sup>50</sup> enfatiza que para compreender a relação da identidade com o sagrado e o

---

<sup>46</sup> RESENDE, A. S.; CABRA, F. Terra do rio, terra da gente: agricultura de vazante no Vale do Rio São Francisco – Januária (Minas Gerais). In: *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira*, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Sidivan%20A%20Resende.pdf>. Acesso em: 3 de mar. 2014.

<sup>47</sup> ANA PAULA SANTOS, 26 anos, Barrinha da Conceição. Entrevista em 03 fev. 2013.

<sup>48</sup> ORLANDO DOS SANTOS BARROS, 56 anos, Comunidade Barrinha da Conceição, Juazeiro-BA. Entrevista realizada em 3 fev. 2014.

<sup>49</sup> BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, *Op. cit.*

<sup>50</sup> SOUZA, Maria Aparecida de O. O lúdico-sagrado das festas em Conceição das Crioulas. *Revista Tempo Histórico*, v. 2, n. 2, 2010, p. 2. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistatemphistorico/index.php/revista/article/view/14>. Acesso em: 12 de set. 2013.

lúdico, envolve o entendimento das construções identitárias, sendo “necessário conhecer suas práticas cotidianas, perceber sua memória coletiva, via narrativas de seus habitantes, que se encontram atravessadas por um imaginário mítico-religioso”. Dessa forma, entende-se, a partir da autora citada, que o culto a Santa e a Festa em Conceição das Crioulas, assim como na comunidade de Barrinha da Conceição, é “fio condutor e tradição do mito fundador”.

As Festas Cristãs<sup>51</sup> no Brasil escravista serviam como espaços de mobilidades e de sociabilidades “por casais de escravos para batizar seus filhos”, de encontros de parentes e também ocasião de novas alianças familiares, favorecendo contato de escravos com negros livres.

Compreende-se a partir dessas afirmativas a complexidade do contexto histórico de ocupação das áreas do sertão nordestino engendrando formas diversas de solidariedade, religiosidades, de apropriação de espaços, influenciando a percepção de territorialidade e de identidade como componentes de apropriação simbólicos num determinado espaço, no caso de Barrinha da Conceição (Figura 5), o espaço de sociabilidade da comunidade ocorre principalmente na área envolta da Capela de Nossa Senhora da Conceição.



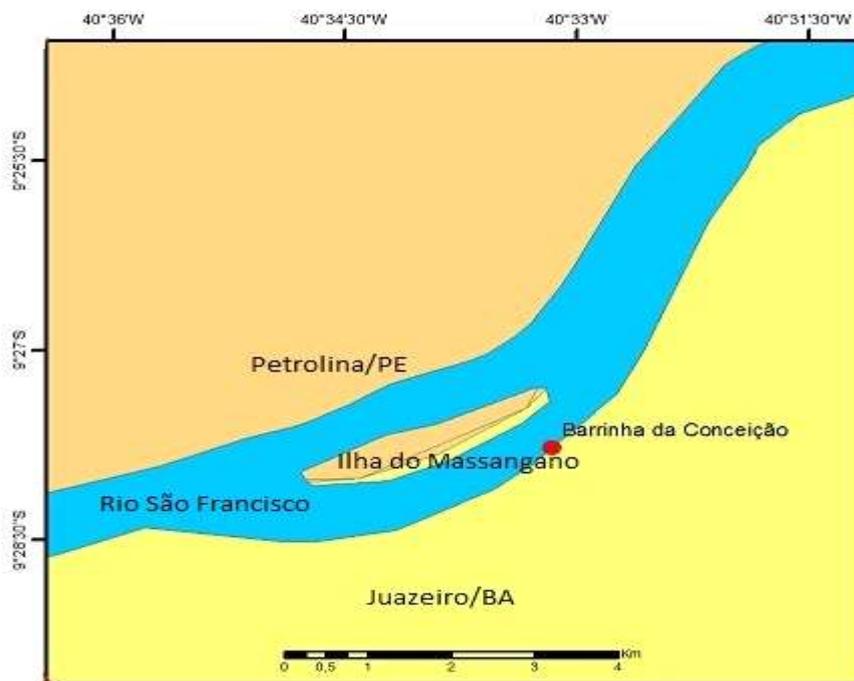
Figura 4. Da esquerda para a direita: Capela e Cruzeiro, Sede da Associação e algumas residências da Comunidade Barrinha da Conceição

Fonte: acervo dos autores. Fotos de 23 jan. 2013.

É digno de nota a estreita relação que os moradores da comunidade estabelecem com os moradores da Ilha do Massangano, ou “o pessoal do massangano”, como os moradores de Barrinha da Conceição os denominam. A Ilha do Massangano localiza-se no Rio São Francisco, nas proximidades da margem que faz divisa com as terras da comunidade, conforme demonstra a Figura 6. Essa ligação justifica-se pelos laços de parentesco bastante expressivo entre as duas comunidades, pois o marido de Dona Roberta, Pedro Oliveira era oriundo de famílias da Ilha do Massangano. Vale salientar que a Comunidade da Ilha do Massangano é uma comunidade negra e também está em processo de mobilização para reconhecimento como quilombola. Pode-se interpretar que os laços de parentescos são destacados como fortalecedores do processo identitário das comunidades citadas.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> MAPEOU, Emanuele. *Cativeiros e cotidiano num ambiente rural*. O Sertão do Médio São Francisco–Pernambuco (1840-1888). Dissertação (Mestrado em História) – UPFE. Recife, 2008, p. 79.

<sup>52</sup> NÓBREGA, M. M. O. “*O samba é fogo*”: Fluxos corporais e a noção de existência na Ilha do Massangano. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. XIII.



**Figura 5. Localização da Ilha do Massangano, Juazeiro/BA**

Fonte: Criado por José de Alencar, graduado em Geografia/UPE Campus Petrolina, fevereiro/2014. (Adaptado).

A territorialidade no sentido material e simbólico em Barrinha da Conceição pode ser explicitado pela memória dos mais velhos sobre a origem do lugar, pelo espaço simbólico representado pela festa religiosa e, principalmente, pela forma de ocupação do território pelos membros da comunidade, pois existe ancestralmente a concessão de áreas de uso comum para a construção de residência de seus moradores. Atualmente essa concessão fica a cargo da matriarca que determina os espaços a serem ocupados.

### Considerações finais

A partir da década de 1980, ganharam evidência os povos tradicionais, dentre os quais se enquadram os de origem africana, tendo como marco legal importante à promulgação da Constituição Federal de 1988 e o ADCT 68, que trata sobre o reconhecimento dos remanescentes de quilombos. A partir desse dispositivo constitucional, inaugura-se um movimento conceitual rumo à denominada ressemantização do conceito de quilombo,<sup>53</sup> como terras da pobreza, as terras de parente, as terras de ausentes, as terras da nação, terras de santíssimo, terras de preto, entre outras denominações.

<sup>53</sup> ALMEIDA, A.W.B. *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2002.

Dessa forma, abre-se a possibilidade de entendimentos que vão muito além do termo remanescente de quilombos, preconizado no Artigo 68 dos ADCT/CF de 1988. Assim, na atualidade, esses entendimentos são ampliados e o termo quilombo é ressignificado como uma forma de denunciar a continuidade ideológica do embranquecimento e a exclusão dos negros do país.<sup>54</sup>

As comunidades de origem afro-brasileiras lançam mão desse novo estatuto, para viabilizar suas reivindicações, tomando essas ressemantizações como instrumento de mobilização, dando formas políticas reivindicatórias. As comunidades negras continuam sendo excluídas das políticas públicas preconizadas pela legislação, que estabelece prioridades de atendimento a esses povos, destacando-se as questões fundiárias na grande maioria dos quilombos espalhados por todo o país. Embora não tenha sido constatado problema de ordem fundiária, Barrinha da Conceição, Juazeiro/BA, apresenta outros problemas, comuns a maioria das comunidades negras, como esgotamento sanitário, oferta de água potável, degradação ambiental, precariedade no atendimento médico, questões ligadas à educação, entre outros problemas.

*Sobre os autores:*

#### **Roberto Oliveira**

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). Professor de Biologia, especialista em Educação Ambiental, na rede Estadual da Bahia.

#### **Tâmara de Almeida e Silva**

Doutora em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus VIII, Paulo Afonso/BA).

#### **Geraldo Jorge Barbosa de Moura**

Doutor em Ciências Biológicas - Zoologia e Ecologia pela UFPB. Pós-Doutorado em Conservação pelo Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos/Universidade do Porto (2012). Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

#### **Erika Maria Asevedo Costa**

Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestre em Psicologia da Educação pelo Instituto Superior de Línguas e Administração-ISLA/Portugal. Doutoranda em Ciências da Linguagem pela UNICAP.

*Artigo recebido em 9 de março de 2014.*

*Aprovado em 8 de setembro de 2015.*

---

<sup>54</sup> LEITE, I.B. *O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 965-977, setembro-dezembro/2008.